

**À CONTADORIA-GERAL – COG,**

Trata-se da contratação da empresa **SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING EIRELI** para a realização do curso *in company* **GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES** de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, na modalidade presencial, visando à capacitação de 100 (cem) participantes.

Cabe ressaltar que, segundo a **CLC** (peça 30), a presente contratação tem o custo de **R\$69.800,00** (sessenta e nove mil e oitocentos reais), conforme Proposta Comercial apresentada pela empresa (**peça nº 20**), e tem respaldo na alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21 “Inexigibilidade de Licitação”, face à inviabilidade de competição motivada pela área demandante na informação datada de 10/02/2023, que integra a **peça nº 8** deste processo.

A Proposta-Detalhe nº 003/2023 encontra-se inserida nestes autos devidamente assinada pela representante legal da instituição (**peça nº 26**), assim como a Minuta Contratual (**peça nº 29**).

Com efeito, a demanda foi enviada para análise da **d. PGT**, que, nos termos dos artigos 53, § 4º, e 72, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, **emitiu parecer jurídico favorável à contratação** (peça nº 32), nos seguintes termos:

*“Inicialmente, nota-se que a presente contratação direta encontra amparo no art. 74, III, alínea “d” e § 3º, da Lei nº 14.133/21, por se tratar de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento profissional, havendo nos autos elementos que demonstram a notória especialização do prestador.*

*Outrossim, consta nos autos justificativa quanto à escolha do executante e ao preço praticado, estando atendidas as exigências do art. 72 da Lei nº 14.133/21.*

*Por fim, em relação aos requisitos de habilitação, verifica-se que foram juntadas aos autos documentos e certidões, devendo a Administração atentar-se para o atendimento a essas exigências legais no momento em que efetuar a contratação.*

*Dessa forma, não se vislumbra óbice do ponto de vista jurídicoformal no procedimento em tela, razão pelo qual se opina pela juridicidade da contratação direta, nos termos do art. 53, § 4º, da Lei nº 14.133/21.” (grifei)*

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela, **AUTORIZO**, ex vi do art. 72, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21 e do Ato Executivo nº 25.143/22, de 28.09.2022, publicado no DOERJ em 30.09.2022, a contratação direta pretendida e a consequente emissão de empenho, em favor da empresa SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING EIREL, CNPJ nº 11.128.083/0001-15, no valor de R\$69.800,00 (sessenta e nove mil e oitocentos reais), com o posterior envio, a uma, à CLC, para a formalização do contrato de peça nº 27, e, a duas, à CGA, para as demais providências de praxe, em especial quanto à publicidade do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do referido termo, em observância ao disposto nos artigos 72, parágrafo único, 94, inc. II, e 174, inc. inc. I, da NLLC.

**Luiz Carlos de Jesus Silva**  
**SUBSECRETÁRIO-ADJUNTO**  
**Matrícula 02/4265/0-6**